



OS REFLEXOS DA PRECARIEDADE SUBJETIVA NO LAZER DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA¹

Bruno Modesto Silvestre²
Sílvia Cristina Franco Amaral³

RESUMO

Este trabalho busca investigar os reflexos da precariedade subjetiva no lazer dos professores da rede estadual paulista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou de entrevistas semiestruturadas e da análise de documentos que versam sobre o trabalho docente no estado de São Paulo. Foi possível identificar que a precariedade subjetiva interfere no lazer das diferentes categorias empregatícias existentes entre os professores dessa rede de ensino, sobretudo entre os intermitentes.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Tempo Livre; Trabalho Docente.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um recorte de uma investigação mais ampla sobre o tempo de não trabalho e o lazer dos professores que atuam na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP)⁴. Neste excerto se tem por objetivo investigar os reflexos da precariedade subjetiva no lazer de professores dessa rede de ensino.

Em primeiro lugar, vale destacar que a pesquisa foi orientada pela ideia de que para se analisar o lazer de qualquer setor da classe trabalhadora é necessário considerar as características do tempo de trabalho, sobretudo, as condições materiais às quais está submetida a categoria de trabalhadores em questão, posto que, segundo Padilha (2012), trabalho e lazer se influenciam mutuamente.

No que tange o trabalho docente, a partir dos anos 90, segundo Venco e Rigolon (2014), a lógica pautada na administração gerencialista, ancorada na racionalidade econômica e orientada na noção da educação como serviço e não como direito, desencadeou um processo de intensificação do trabalho e precariedade entre professores.

Neste processo, os elementos de degradação e de precariedade do trabalho não se restringiram à esfera objetiva. Segundo Linhart (2014) é possível avançar cada

1 Pesquisa financiada pela CAPES por meio de bolsa de estudos, nº do processo: 01-P-03504/2014.

2 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), modesto.b@gmail.com

3 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), scfa@fef.unicamp.br

4 Trata-se de uma pesquisa de mestrado, defendida em 2016 e denominada: "Precários no trabalho e no lazer: um estudo sobre os professores da rede estadual paulista.

vez mais a ideia de uma precariedade subjetiva que além de afetar os trabalhadores instáveis com contratos flexíveis, afeta também os trabalhadores com estabilidade empregatícia. Essa forma de precariedade emerge como um componente do trabalho moderno e pode ser compreendida como:

O sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados [...] É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda de autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro em assumir seu posto. [...] O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de estresse) (LINHART, 2014, p.16).

Desse modo, para perfazer o objetivo anunciado, após a apresentação do percurso metodológico, o texto está organizado em duas seções: a primeira busca caracterizar os trabalhadores docentes da rede estadual paulista; na sequência se discute como a precariedade subjetiva do trabalho reverbera no lazer dos professores aqui investigados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que utilizou de entrevistas semiestruturadas e da análise de documentos e legislações que versam sobre o trabalho docente no estado de São Paulo.

Foram realizadas um total de 29 entrevistas, 14 com professores estáveis e 15 com professores intermitentes⁵. As análises ocorreram de forma crítica com o propósito de apreender, no discurso desses docentes, os elementos da concretude do trabalho e do lazer.

Vale ressaltar que este trabalho recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa⁶ e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas mediante apresentação e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 AS DISTINTAS FORMAS DE SER DOS TRABALHADORES DOCENTES DA SEESP

Os trabalhadores docentes que compõem o sistema público de educação no Estado de São Paulo formam uma categoria profissional heterogênea, afinal, com cerca de duzentos e vinte mil professores⁷, se trata de uma das maiores redes de educação da América Latina. Apesar do tamanho da categoria, constatou-se que essa heterogeneidade ocorre, principalmente, pelas diferentes formas de contratação e direitos trabalhistas.

Há nos quadros funcionais da SEESP os professores com estabilidade empregatícia e os professores temporários ou intermitentes. Entre os estáveis, encontram-se efetivos via concurso público e os com estabilidade adquirida por

5 O número exato de entrevistas não foi previamente estabelecido, optou-se pela utilização do critério de saturação das entrevistas de Minayo (2009).

6 Parecer nº 1162726.

7 Fonte: cadastro funcional da SEESP (2015).

força de lei. Os professores com regime de trabalho intermitente, cerca de 50% de acordo com Venco e Rigolon, são os temporários e os eventuais.

Os professores temporários cadastram-se nas Diretorias de Ensino (DE) e são classificados de acordo com títulos e o tempo de experiência no magistério. Os professores eventuais, por outro lado, não atribuem aulas/salas, após cadastro na DE, realizam “plantões” nas unidades escolares e, na ausência do professor responsável por determinada disciplina/sala, realizam a substituição.

Como forma de demonstrar alguns dos elementos que expressam a condição de precariedade dos professores intermitentes, encontra-se sistematizado no quadro abaixo as diferenças referentes aos direitos trabalhistas para cada forma de contratação.

Direitos Trabalhistas	Efetivo Categoria A e Estável Categoria F	Temporário Categoria O	Eventual Categoria V
Aposentadoria	SPPREV	Recolhe INSS	Recolhe INSS
Aux. Transporte	S (sim)	S	S (Proporcional a quantidade de aulas dadas)
Falta Médica Remunerada	6 (máx. de uma por mês)	6(máx. de uma por mês)	N (não)
Faltas Abonadas	6 (máx. de uma por mês)	2 (máx. de uma por mês)	N
Lic. Gestante	180 dias	120 dias	N
Lic.Gala	8 dias	2 dias	N
Lic. Nojo (Falecimento de Familiares)	8 dias	2 dias	N
Horas de Trabalho Pedagógico	S	S	N
Férias	S	S (Proporcional ao tempo do contrato)	N
13º Salário	S	S (Proporcional ao tempo do contrato)	N
Adicional por tempo de serviço	S	N	N
Evolução Funcional	S	N	N
IAMSPE	S	N	N
Lic. Prêmio	S	N	N
Sexta parte	S	N	N

Quadro 1 - Direitos trabalhistas de diferentes categorias docentes

Fonte: Elaboração Própria⁸

4 REFLEXOS DA PRECARIIDADE SUBJETIVA NO LAZER DOCENTE

Foi possível apreender que a condição de precariedade subjetiva, oriunda do processo de desmantelamento e precariedade do trabalho docente na SEESP, permeia

⁸ Elaborado por meio das seguintes legislações: Lei 10.261/68; Decreto-Lei 257/70; Lei 500/74; Constituição Estadual/89 art. 129; Lei Complementar 836/97; Lei Complementar 958/04; Lei Complementar 1054/08 e Lei Complementar 1093/09.

as diversas dimensões da vida dos professores aqui investigados. Neste trecho do resumo serão pontuados três reflexos dessa forma precariedade –observados em maior ou menor grau a depender a forma de contratação –, sobre o lazer docente.

Entre os mecanismos de gestão provenientes do setor privado adotados pela SEESP, o Sistema de Bonificação por Resultados (BR)⁹ em consonância com o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), mostraram-se freqüentes nas entrevistas. Os professores exteriorizaram que se sentem pressionados a valer-se de trabalhos prescritos para preparar conteúdos que colaborem para atingir as metas do SARESP.

Quando as indagações tocaram a relação entre o SARESP e política de BR com a dinâmica de trabalho e devida, as respostas mostraram-se similares ao exemplo abaixo.

O Bônus e o SARESP Interferem muito, por causa da cobrança que a gente sofre, não só da coordenação, mas do restante da escola como um todo (Entrevista 5, 05 de out. de 2015).

Uma das expressões da precariedade subjetiva, segundo Linhart (2014), é o sentimento de ter que se esforçar permanentemente para cumprir os objetivos fixados. Nesse sentido, foi possível identificar que parte expressiva dos professores empregam o que deveria ser o tempo de não trabalho em atividades relacionais às metas do SARESP. Além disso, parte dos entrevistados realizam atividades de lazer, como leituras, filmes e até mesmo viagens, que de uma maneira ou de outra se relacionam com a carreira docente e, mesmo nessas, foi possível encontrar traços relacionados ao índice de metas.

Conforme demonstrado na caracterização do professores, os intermitentes apresentam objetivamente condições mais precárias de trabalho em relação aos estáveis. Assim, é patente afirmar que a precarização subjetiva os afeta de maneira singular.

Por conta da alta rotatividade de locais de trabalho os professores intermitentes, de acordo com Venco e Rigolon (2014), demonstram uma falta de pertencimento às instituições escolares em que atuam. Nesta perspectiva, foi possível identificar que nas festas e confraternizações, em especial as realizadas no final do ano, há menor participação e integração desses professores, condição que reforça o sentimento de isolamento e abandono, característico da precariedade subjetiva.

Ademais, é importante apresentar considerações sobre as férias, período em que usualmente se concentra a maior parcela de vivências e práticas de lazer. Excetuando o recesso do meio do ano para os professores temporários, o período de férias, tanto para esses, como para os professores eventuais, caracteriza-se como desemprego. Os dois trechos de entrevistas abaixo exemplificam este cenário.

Categoria “O” perde o contrato, perde as aulas no final do ano. Janeiro ainda recebe um resíduo, porque dezembro ainda tem até metade com aula, fevereiro e março você não recebe, então, ou você se programa durante o ano, faz um bico aqui, outro ali... (Entrevista 25, 05 de nov. de 2015).

9 Instituída pela Lei Complementar 1078/08 a BR caracteriza-se por um bônus salarial ao final do ano para os professores das escolas que atingirem a meta do SARESP. O professores eventuais não estão inclusos na BR.

Difícil, a gente fica nessa situação: ai, não posso viajar, não posso fazer aquela viagem. Por quê? Porque eu não sei se eu vou pegar aula ano que vem, eu não sei quando eu vou pegar aula. Então assim, é bem difícil, é bem complicado, é bem frustrante (Entrevista 19, 03 de nov. de 2015).

A inexistência das férias para os professores intermitentes é uma condição de precariedade objetiva que resvala nos sentimentos de precariedade subjetiva, que corrobora a intensificação do trabalho e sufoca as práticas e vivências de lazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta trabalho buscou, após caracterizar as diferentes formas de contratação dos professores da SEESP, demonstrar três reflexos da precariedade subjetiva no lazer desses trabalhadores, foram esses: (1) na busca para cumprir as metas fixadas pelo lógica gerencial, parte dos professores se utilizam do que deveria ser o tempo de não trabalho, e mesmo de vivências de lazer, para construção de atividades que almejem essas metas; (2) os professores intermitentes tem uma relação de não pertencimento ao espaço de trabalho, o que acarreta menor participação e integração nas confraternizações escolares, reforçando o sentimento de abandono e isolamento; (3) os intermitentes não têm direito às férias, neste período os contratos são rescindidos.

Dado os elementos apresentados, foi possível averiguar que a precariedade subjetiva permeia a dinâmica de vida e traz reflexos para o lazer dos professores investigados como um todo, principalmente entre os intermitentes.

THE REFLECTIONS OF SUBJECTIVE PRECARIOUSNESS IN TEACHER'S LEISURE AT PUBLIC SCHOOLS OF SÃO PAULO

ABSTRACT: This research is proposed to investigate the influences of subjective precariousness in leisure time of teachers that work at public schools in São Paulo. It is a qualitative research performed from semi-structured interviews and the analysis of documents about teaching work in São Paulo state. It was possible to identify that the subjective precariousness interferes in the leisure of the different employment categories that involves being a teacher in São Paulo educational network.

KEYWORDS: Leisure; Free Time; Teaching work.

LAS REFLEXIONES DE LA INSEGURIDAD SUBJETIVA EN ÓCIO DE LOS MAESTROS DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS PAULISTAS

RESUMEN: Este trabajo investiga las influencias de la inseguridad subjetiva en ocio de maestros que trabajan en el sistema escolar público paulista. Se trata de una investigación cualitativa, basada en la realización de entrevistas y análisis de documentos que tienen que ver con la enseñanza en el estado de Sao Paulo. Se identificó que la precariedad subjetiva interfiere en el ocio de las diferentes categorías de maestros, especialmente entre los que tienen contrataciones temporales.

PALABRAS CLAVE: Ocio; Tiempo Libre; Trabajo Docente.

REFERÊNCIAS

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. pp.45-54.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. (s.c.): Boitempo, 2012.

SILVESTRE, B. M. **Precários no trabalho e no lazer**: um estudo sobre os professores da rede estadual paulista. 2016. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas – SP, 2016.

VENCO, S.; RIGOLON, W. Trabalho docente e precariedade: contornos recentes da política educacional paulista. **Comunicações**, Piracicaba, n.2, p. 41-52, jul-dez, 2014.